

Águas passadas ainda movem moinhos? Possibilidades da pesquisa histórica sobre o patrimônio material e imaterial da Fazenda Engenho Novo

Can past waters still move mills? Possibilities of historical research
on the material and intangible heritage of Engenho Novo Farm

Victor da Costa Santos

Doutorando em Demografia

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

victorhistoria7@gmail.com

Recebido em: 22/02/2022

Aprovado em: 08/07/2022

Resumo: Neste artigo apresentamos o resultado parcial do desenvolvimento de algumas ações norteadas para a pesquisa em fontes históricas manuscritas e impressas realizadas pelo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo, um movimento popular organizado em 2018 no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, cujo a iniciativa tem como objetivo o resgate histórico e a preservação da Fazenda Engenho Novo, localizada no bairro de Monjolos, e que nos últimos anos vem se deteriorando. Tombado pelo INEPAC em 1998, este espaço é um patrimônio representativo da cultura material e imaterial da população africana escravizada e de seus descendentes na cidade de São Gonçalo. Deste modo, a preservação deste espaço abre a possibilidade para a ampliação dos estudos e debates sobre as relações étnico-raciais no território fluminense.

Palavras-chave: Fazenda Engenho Novo; Movimento Ocupa; fontes históricas.

Resumen/Abstract: In this article we present the partial result of the development of some actions based on research in written and printed historical sources carried out by the Ocupa Fazenda Engenho Novo Movement, a popular movement organized in 2018 in the municipality of São Gonçalo, in the State of Rio de Janeiro, whose initiative aims to rescue the historical and preserve of Fazenda Engenho Novo, located in the Monjolos district, and which in recent years has been deteriorating. Listed by INEPAC in 1998, this space is a representative heritage of the material and immaterial culture of the enslaved African population and its descendants in the city of São Gonçalo. Thus, the preservation of this space opens the possibility for the expansion of studies and debates on ethnic-racial relations in Rio de Janeiro.

Palabras clave/Keywords: Fazenda Engenho Novo; Ocupa Movement; historical sources.

Introdução

A partir da década de 1980, o número de pesquisas sobre a temática da escravidão no Brasil cresceu significativamente, havendo um importante movimento realizado na historiografia brasileira que mobilizou muitos pesquisadores com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas acerca dos debates e do uso das fontes sobre esse assunto. Os estudos sobre a família escrava, por exemplo, tornaram-se uma tendência entre historiadores de várias regiões do país, sobretudo, na região sudeste.

Tais estudos contribuíram para que linhas de pesquisa como a econômica e a demográfica consolidassem-se ainda mais no ambiente acadêmico e que novas abordagens como as perspectivas social e cultural apresentassem-se como um caminho a ser percorrido e construtor de sólidas análises que deram ênfase à história de uma África até então pouco conhecida. Expressando os ensejos de um movimento que ganhou força com a terceira geração da Escola dos Annales, a preocupação estava em abordar as histórias e dinâmicas dos camponeses, operários, escravos, pessoas comuns ou menos favorecidas da sociedade para revelar uma maior riqueza das relações sociais.

A importância desses estudos norteados para a questão do mundo da escravidão pode ser demonstrada por trabalhos clássicos como os de Emília Viotti da Costa (1982), Kátia Mattoso (1982), João José Reis (1986), Hebe Mattos (1995) e Manolo Florentino (1997). Florentino, por exemplo, trouxe uma grande contribuição ao realizar uma revisão sobre o tema da escravidão realizando uma extensa pesquisa em fontes como as listagens dos navios negreiros, inventários post-mortem e registros eclesiásticos, articulando a pesquisa quantitativa com a análise qualitativa, e resultando no livro *Em Costas Negras*, uma das obras que abriram possibilidades interpretativas que se refletem na produção atual de pesquisadores que procuram desvendar a singularidade da África e dos africanos no Brasil.

Há também estudos mais recentes que buscam tornar a população negra não só como protagonistas, mas como contadora de suas mais variadas histórias. Podemos citar o aumento de historiadores e outros profissionais negros analisando e reescrevendo a história e trazendo discussões sobre racismo. Desde historiadores clássicos se atualizando, como Flávio Gomes (2013) e seus estudos sobre arqueologia da escravidão e a educadora Nilma Lino Gomes (2021) com discussões sobre racismo e antirracismo, até a versatilidade de Ynaê Lopes dos Santos (2006, 2018) ao trabalhar desde a escravidão urbana no século XIX ao ensino de História da África nas escolas, como preconizado pela lei 10.639/2003, assim como o fez também a historiadora Giovana Xavier (2015).

Ainda assim, as abordagens das perspectivas social e cultural demoraram para alcançar certos debates, chegando até mesmo aos tempos atuais com carências de tais estudos em diversas regiões do país, haja visto o contexto estudado e apresentado pela presente pesquisa.

Neste sentido, a proposta da pesquisa enquadra-se não só na busca por uma reconstrução histórica a partir de uma análise demográfica e social, mas também na compreensão de que se faz necessário o reconhecimento espacial e territorial para que haja uma valorização de uma cultura material e imaterial que foi invisibilizada, esquecida e silenciada ao longo de muitos anos.

Ao realizá-la objetivamos resgatar parte da história da população africana e de seus descendentes, e ao mesmo tempo, ampliar os estudos e debates sobre as relações étnico raciais no território fluminense, contribuindo também para o ensino de História da África em São Gonçalo, cidade com possibilidades de descolonização do currículo através de patrimônios materiais e imateriais, bem como destacou Nikoly Barbosa da Silva (2021).

Fazenda Engenho Novo e o Movimento Ocupa em São Gonçalo

Localizada na região metropolitana, a cidade de São Gonçalo é a segunda mais populosa do Estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da capital. No ano de 2020 sua população estimada era de 1.091.737 habitantes, sendo também o 16º município mais populoso do país; o 3º município que não é capital mais populoso do país; e o 55º mais populoso do continente americano.

O município é composto em sua maioria por indivíduos negros e pardos. Dos poucos mais de 1 milhão de habitantes, 54,1% são considerados pardos e 20,2% são considerados negros ou africanos¹. Tais números se relacionam diretamente com as origens históricas da região e sua atividade econômica, assim como em diversas regiões do país, que ao longo do período colonial e imperial contou com um significativo número de engenhos sustentados pela mão de obra escravista. Apesar disso, a ausência de uma história social e de uma memória negra sobre a escravidão na cidade de São Gonçalo é uma realidade.

Mesmo com a concentração de estudos no sudeste, ainda há lacunas a serem preenchidas nessa temática, como o aprofundamento em determinadas fontes a fim de compreender a dinâmica das fazendas escravistas fora de centros como o Vale do Paraíba, por exemplo. Há várias possibilidades

¹ *Apud* <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

que vem sendo resgatadas, inclusive, a partir de um crescente movimento pelo reconhecimento da cultura material e imaterial das comunidades remanescentes da população escravizada, culminando em significativos estudos acadêmicos como os realizados pelo Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF)². Há também iniciativas de grupos independentes como ongs e coletivos como o Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo, criado no ano de 2018, em São Gonçalo³.

Com o objetivo de preservar o patrimônio material e imaterial da Fazenda Engenho Novo, esse movimento teve origem nas inquietações de gonçalenses que possuem um sentimento de pertencimento à Fazenda, e que ano após ano presenciam o deterioramento deste espaço.

Localizada no bairro de Monjolos, e sendo seu acesso possível a partir da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), seguindo pela Estrada José de Souza Porto, Largo da Ideia e depois pela Estrada Rio Frio, tal fazenda também foi nomeada como Fazenda Engenho Novo do Retiro e Fazenda do Serrado ao longo do tempo. Contendo as ruínas em estilo de casa rural dos séculos XVII e XVIII, o espaço foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) em 1998⁴.

² O LEHA foi criado em 2013 como um espaço institucional para discussões acerca do campo de estudo de História Atlântica, com destaque para os estudos sobre escravidão, cultura material, pós-emancipação, formas camponesas, cartografia social, arqueologia histórica e história social do racismo. Atualmente é coordenado pelos professores Flávio Gomes e André Chevitaese, e conta com a participação de outros professores e alunos do Instituto de História da UFRJ e de professores externos. *Apud* <https://www.leha-ufrj.com.br/>. Acesso em 16 de agosto de 2021. Dentre os trabalhos realizados pelo LABHOI destaca-se a organização do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, coordenado pelos historiadores Milton Guran, Martha Abreu e Hebe Mattos, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”. O projeto reúne 100 Lugares de Memória e foi construído a partir da indicação e contribuição de historiadores, antropólogos e geógrafos do país. *Apud* <http://www.labhoi.uff.br/node/1507>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

³ O Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo conta com os apoios da Unegro (União de Negros e Negras pela Igualdade); do Projeto Filhos de Dandara; do fotógrafo Marcos Nunes; do CEDINE (Conselho Estadual dos Direitos do Negro; da OAB/SG; do Museu Nacional/UFRJ; do CEBA (Centro de Estudos Brasil-África); da Itaboraí Bike Tour; e do CINEBLACK. Há também um grupo de pesquisa que se formou no ano de 2019 e que conta com uma dupla-gestão, realizada pela idealizadora do projeto, a assistente social e professora de História, Daniele Gonçalves Fontoura, e pela historiadora Daiana Sousa Santiago. Completam o grupo os historiadores Victor da Costa Santos, Naila Regina Silva Martins e Juliana dos Santos Duarte Bernardo, e o assistente social Marcelo Monção Iname. Esse grupo é o responsável por gerir ações que vem sendo realizadas desde 2018, mas que só em 2021 receberam aporte financeiro para serem estruturadas, a partir da Lei Aldir Blanc. Graças aos recursos dessa Lei a pesquisa pode em fontes primárias pode avançar significativamente.

⁴ O INEPAC é o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro. *Apud* http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/415. Acesso em 16 de agosto de 2021.

O local hoje também conhecido como lote 32 teve suas terras desapropriadas em 1993 pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), órgão do Governo do Estado, dando origem ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, onde foram assentadas diversas famílias que cultivam e fazem parte da agricultura familiar, contando com o auxílio da Prefeitura de São Gonçalo, responsável por fornecer insumos para manter os maquinários funcionando⁵.

Apesar de catalogada e tombada como patrimônio cultural brasileiro, a Fazenda Engenho Novo está abandonada e necessitando urgentemente de uma intervenção em sua estrutura material. Essa intervenção, por sua vez, também passa pela preservação da cultura imaterial daquele espaço, ou seja, das histórias que permeiam os séculos de existência desse local.

Imagem 1. “Ruínas da antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros”.



Fonte: Autor desconhecido. S/d. Disponível em: <http://saogoncaloturismo.com.br/project/fazenda-engenho-novo/>. Acesso em 11/11/2021.

⁵ *Apud* http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/fazenda-modelo-33. Acesso em 16 de agosto de 2021.

Em um contexto em que há um crescente movimento pelo reconhecimento da cultura material e imaterial das comunidades remanescentes da população escravizada, a criação do Movimento Ocupa passou a se apresentar como uma possibilidade de reconhecimento de um território negro, pensado nos moldes propostos por Azânia Nogueira (2020), que o compreende como expressão espacial capaz de geografar as relações raciais apresentando uma lógica de ocupação e visibilidade de uma resistência coletiva à colonialidade.

O resgate e a preservação da história da Fazenda Engenho Novo possibilitam tornar a população negra protagonista e contadora de sua própria história, essencial para os reconhecimentos espacial, territorial e social e para a valorização de uma cultura material e imaterial. Cultura esta que foi invisibilizada, esquecida e silenciada ao longo de muitos anos no Brasil, e no recorte em questão, na cidade de São Gonçalo, cujo as origens remontam ao ano de 1579, quando o português Gonçalo Gonçalves recebeu terras na região do então porto de Birapitanga, região que hoje compreenderia a praia da Luz e o centro da cidade, e passou a ocupá-las (SILVA; MOLINA, 1995, p.83).

Seguindo a lógica do sistema de doação de sesmarias, onde terras eram cedidas por meio das cartas de sesmarias a homens de posses, que deveriam ter escravos para explorar tais terras e propagar a religião católica, ali foi erguida uma capela em honra ao santo de proteção pessoal de Gonçalo Gonçalves, São Gonçalo de Amarante, e um núcleo populacional foi sendo constituído.

Em 1644 São Gonçalo tornou-se freguesia e passou a contar com uma administração para além daquela realizada na cidade do Rio de Janeiro. Dezesesseis anos após a criação dessa, e de outras freguesias, aconteceu o evento que ficou conhecido como Revolta da Cachaça, na qual um grupo de fazendeiros insatisfeitos com o aumento dos impostos cobrados sobre a produção de aguardente pelo governo a partir do pacto colonial se revoltou e o então governador teve que reconsiderar as decisões que prejudicavam o grupo de fazendeiros (CAETANO, 2009).

No século seguinte a freguesia já se constituía como uma sociedade mercantil, escravista, e católica, constituída de 38 engenhos ou fazendas, 22 capelas, 18 oratórios particulares e o templo da Igreja Matriz. Os engenhos de açúcar e aguardente se multiplicaram e consolidaram-se nesse período, coexistindo com a plantação de diversos gêneros agrícolas como frutas, legumes, hortaliças, arroz, feijão, mandioca etc, que abasteciam o mercado interno e a cidade do Rio de Janeiro a base da mão-de-obra escrava de origem africana (BRAGA, 2006).

As terras que viriam a ser a Fazenda Engenho Novo do Retiro, ou Bom Retiro, mais conhecidas assim a partir da compra pela família de Belarmino Ricardo de Siqueira em 1818, já eram ocupadas por uma outra família e pelos africanos escravizados que esta explorava. É possível afirmar isto a partir de dois registros: primeiro, o relato da visita de José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro, o monsenhor Pizarro, historiador, eclesiástico e político, que realizou uma visita a freguesia de São Gonçalo em 1794 em nome do Bispado do Rio de Janeiro⁶.

Nesse relato, o monsenhor Pizarro menciona a existência de um oratório no lugar conhecido como Engenho Novo. O oratório estaria localizado mais ou menos a 3 léguas da Igreja Matriz de São Gonçalo, o que, convertendo seria quase 15 quilômetros de distância. E se hoje pudermos aferir a distância da Fazenda Engenho Novo para a Igreja Matriz de São Gonçalo, essa mesma distância seria o equivalente da mencionada por Pizarro.

De acordo com Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina (2001), esse oratório pertenceria à Ana Bustamante e a sua sobrinha Luiza Victoria Bustamante, integrantes da família Car Ribeiro Bustamante. Família esta que também é citada no segundo registro que utilizamos como fonte essencial para a presente pesquisa: o inventário de Belarmino Ricardo de Siqueira, o Barão de São Gonçalo, de 1872⁷. Neste, há a informação de que as terras que a família de Belarmino comprou em 1818 pertenciam a José Luiz Pereira de Brito e a Luiz Car Ribeiro, irmão de Luiza Victoria e sobrinho de Ana Bustamante.

Segundo Marcelo Alves (2014), a família Car Ribeiro Bustamante, de origem portuguesa, foi uma família influente no recôncavo da Guanabara, mais notadamente na São Gonçalo do século XVIII. Ao longo de tal século, essa família se destacou por ser dona de escravos e de terras na região de São Gonçalo, sendo o patriarca e membro mais conhecido o desembargador Roberto Car Ribeiro. O desembargador casou duas vezes: primeiro com Isabel Rosada de Gouveia; e depois com Maria Angélica de Sá Meneses; e assim estabeleceu laços com importantes famílias da região, como os Fortes de Bustamante, dando “origem” a uma grande família composta por juristas, militares e ao mesmo

⁶ *Apud* ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e (Monsenhor). *Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Imprensa Régia, 1820-1822. 9 tomos em 10 volumes. Reedição, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945-46. 11v (Biblioteca Popular Brasileira, 4). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

⁷ *Apud* BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário e Testamento do Barão de São Gonçalo. 1873.

tempo senhores de escravos e de terras que compreenderiam atualmente bairros como Monjolos e Santa Isabel.

Já durante o século XIX, a Fazenda Engenho Novo ficou conhecida por pertencer a Belarmino Ricardo de Siqueira⁸. Amigo do imperador Pedro II, Belarmino foi agraciado com o título de Barão de São Gonçalo em 1849, o que tornou a fazenda ainda mais conhecida, não só pelas visitas da família imperial ao local, como pela importância para a economia gonçalense no período, como destacou Raiane Oliveira (2014). Em meados do século XIX a freguesia de São Gonçalo já havia se estabelecido com uma economia estabilizada pautada nos engenhos de açúcar e aguardente, além da lavoura de outros produtos que vinham se intensificando desde o século XVIII.

À época do falecimento de Belarmino, a Fazenda do Engenho Novo do Retiro encontrava-se sob a jurisdição da Freguesia de Nossa Senhora de Conceição dos Cordeiros, criada em 1844⁹. O inventário do Barão demonstrou que havia 112 escravos trabalhando na fazenda. Sem herdeiros diretos, a Fazenda do Engenho Novo do Retiro ficou aos cuidados de alguns dos seus familiares¹⁰.

Após a morte dos familiares do Barão, o direito de posse da Fazenda foi pedido por Joaquim Serrado Pereira da Silva, coronel da Guarda Nacional, e que teve como primeira esposa Dona Cecília, sobrinha do Barão de São Gonçalo. Dessa maneira as terras da Fazenda do Engenho Novo do Retiro pertenceram à família Serrado durante boa parte do século XX (SILVESTRO, 2007).

⁸ De acordo com Raiane Oliveira, Belarmino nasceu em Saquarema em 8 de fevereiro de 1792 e faleceu em 9 de setembro de 1873, em Niterói. Filho legítimo do coronel Carlos José de Siqueira Quintanilha e de Dona Maria Antônia do Amaral, Belarmino tornou-se um dos mega proprietários de fazendas na sociedade brasileira do século XIX. *Apud* OLIVEIRA, Raiane. *O mundo dos fundos: O Barão de São Gonçalo e seus escravos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014, p. 27.

⁹ *Apud* PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. 1ª ed, Rio de Janeiro, IBGE, 1940, p.21.

¹⁰ *Apud* BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário e Testamento do Barão de São Gonçalo. 1873.

Imagem 2. “Capela de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros em período que a Fazenda pertenceu à família do Coronel Serrado”.



Fonte: Autor desconhecido. S/d. Acervo de Osmar Leitão.

Imagem 3. “Vista da antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros e da Casa-grande”.



Fonte: Autor desconhecido. S/d. Disponível em: <http://saogoncaloturismo.com.br/project/fazenda-engenho-novo/>. Acesso em 11/11/2021.

Imagem 4. “Vista da parte da frente da Casa-grande da Fazenda Engenho Novo”.



Fonte: Autor desconhecido. S/d. Acervo da Fundação Barão de São Gonçalo.

Nesse período em que a Fazenda teve como dono o Coronel Serrado, produtos como a laranja chegaram a ser exportados para países como Argentina, Uruguai e Inglaterra. Com o crescimento ocorrido na cidade de São Gonçalo, muitas fazendas foram fracionadas e transformadas em loteamento, e a Fazenda Engenho Novo foi vendida pela família Serrado em meados dos anos 1980, para Deusdérito Belmont. Com os laranjais já em decadência, o novo dono explorou a extração de aréola nas terras até 1993, quando as terras da Fazenda foram desapropriadas pelo ITERJ e deram origem ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo¹¹.

Como podemos ver, a bibliografia existente sobre a Fazenda Engenho Novo apresenta a perspectiva dos e sobre os proprietários, carecendo de informações e aprofundamento sobre as histórias dos escravizados, seus descendentes e os trabalhadores livres após a abolição. A pesquisa em manuscritos e impressos realizada até o momento pelo Movimento Ocupa permitiu que este avançasse em direção a descoberta de novas personagens, como africanas e africanos escravizados e seus descendentes, esses, sobretudo, a partir da metodologia da História Oral, a qual também integra o

¹¹ O ITERJ é o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), órgão do Governo do Estado e o Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo passou a comportar diversas famílias que cultivam e fazem parte da agricultura familiar, sendo a Prefeitura de São Gonçalo responsável por fornecer insumos para manter os maquinários funcionando. *Apud* http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/fazenda-modelo-33 Acesso em 16 de agosto de 2021.

conjunto de ações do Movimento. Ao resgatar parte da história dessa população, busca-se ampliar os estudos e debates sobre as relações étnico raciais não só na região de São Gonçalo, como em todo o território fluminense e porquê não, no Brasil.

Desta forma, mapear as redes de relações destas famílias é uma forma de saber como funcionava a dinâmica de exploração dos indivíduos escravizados. Ao investir e identificar a composição da família Car Ribeiro Bustamante, assim como a da família de Belarmino e do Coronel Serrado, estaremos investindo nas histórias e dinâmicas existentes naquele espaço, podendo focar no estudo sobre os africanos e descendentes que compunham a escravaria desses senhores de terras e de escravos e que integravam o mosaico de etnias de São Gonçalo durante os séculos XVIII e XIX.

Passado reconhecido, presente mais vivo

Sendo um patrimônio material e imaterial, a Fazenda Engenho Novo poderia ser incluída no que Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira considerou como um processo circular e retroalimentativo, no qual podemos pensar o espaço como um cenário onde são construídas as complexas e dinâmicas práticas sociais (2003). Deste modo, não devemos pensar em realizar uma compreensão *stricto sensu* do que seria material e imaterial, uma vez que os lugares necessitam de sujeitos e instituições para possuírem significados, e vice-versa.

A busca pelas histórias de vida de personagens que foram esquecidas e a reconstrução histórica das dinâmicas desses escravizados e seus descendentes, relaciona-se então com a preservação dos patrimônios material e imaterial. Com enfoque em variáveis como natalidade, nupcialidade, mobilidade e mortalidade, essenciais para a ciência demográfica, mas também significativas para a construção das perspectivas social e cultural, um dos caminhos para essa recuperação e a concretização da proposta é a investigação nas fontes manuscritas e impressas do século XVIII e XIX aliando-se à utilização da História oral.

Ainda que a Fazenda não possa ser considerada um sítio arqueológico, devido ao estágio inicial da pesquisa, o estabelecimento dessa relação entre o patrimônio material e imaterial e material deve ser pautado considerando as contribuições das perspectivas teóricas da Arqueologia Histórica e do patrimônio cultural, além da Antropologia. Essa contribuição pode ser pensada a partir de três exemplos, apenas no estado do Rio de Janeiro. Podemos citar a pesquisa de Camila Agostini no complexo de ruínas, com cerca de 40.000 m², à beira mar, na praia do Sahy, em Mangaratiba/RJ; a

fazenda jesuítica do Colégio em Campos dos Goytacazes pesquisada por Luis Claudio Symanski e Flávio Gomes; e o Cais do Valongo, na região central da cidade do Rio de Janeiro, na perspectiva de Tania Andrade Lima. Para esta última, “cabe à Arqueologia a responsabilidade histórica de trazer à luz aquilo que no passado se pretendeu enterrar e esconder, apresentar suas evidências às sociedades atuais para que elas possam reviver esse passado e encontrar novas formas de lidar com ele” (LIMA, 2013, p.181). Isso fica evidente no seu objeto de estudo, local de desembarque de um significativo contingente populacional de africanos que vieram para o Brasil para serem escravizados.

Os três exemplos referem-se a questão da escravidão e chama atenção a importância da materialidade para que o processo de reconhecimento possa ser realizado. Enquanto Agostini ressalta as possibilidades existentes em sítios arqueológicos, destacando a presença de vestígios no cotidiano das pessoas que circulam pelo local como uma potencialidade não só “do presente para pensar o passado, mas do encontro dessas temporalidades para pensar nos usos e estratégias de preservação desses bens”(AGOSTINI, 2019, p.31), Gomes apresenta questões teóricas e metodológicas comparando as investigações realizadas na fazenda jesuítica do Colégio em Campos dos Goytacazes (RJ), administrada por religiosos e depois leigos nos séculos XVII, XVIII e XIX, e a região do vale do Paraíba, “que conformou, no primeiro quartel do século XX, uma economia cafeeira de dimensões globais, com suntuosas fazendas, tornando-se, em consequência, uma das principais áreas importadoras de africanos do Sudeste”(SYMANSKI e GOMES, 2012, p.313).

Além da questão de preservação material, tais trabalhos também buscaram analisar o cotidiano da escravidão, regimes demográficos, práticas culturais existentes e as consequências destas no período atual.

Neste sentido, o diálogo entre Arqueologia e História apresenta-se como essencial para o percurso de compreensão da Fazenda Engenho Novo como um patrimônio material e imaterial, dada a complexidade de elementos que podem ser estudados como prédios e paisagens e as diferentes percepções e narrativas sobre os mesmos. Como uma edificação histórica poderia ser estudado nesse âmbito? E como se construiria essa possibilidade de pesquisa histórica?

Agostini em seu texto destacou a anterioridade da pesquisa arquivística de manuscritos e mapas históricos ao trabalho de campo arqueológico de mapeamento de estruturas e escavação, possibilitando que este fosse realizado com as seguintes características:

A prática de campo, no entanto, abriu brechas para outras frentes que incluíram o trabalho com a oralidade e a memória, assim como uma atenção etnográfica para os usos contemporâneos do local. Nesse sentido, também foram realizados mapeamentos do uso religioso contemporâneo (referente a oferendas e outras instalações religiosas nas ruínas); conversas informais e entrevistas gravadas, especialmente com antigos moradores locais, banhistas e lideranças religiosas; registro audiovisual e anotações escritas de diferentes usos contemporâneos do local em relação (religioso, lazer, ambiental, de trabalho, do cotidiano de moradores locais, da pesquisa); realização de roda de conversa e produção de desenhos por moradores locais para se pensar a possibilidade de um trabalho de cartografia social; e a produção e doação de uma exposição à associação de pesca local. (AGOSTINI, 2019, p.31).

Podemos ver a circularidade que caracteriza a temática do material e imaterial. Por isso entender a dinâmica social do recorte escolhido torna-se obrigatório. Em outro trabalho Agostini chamou atenção para uma questão que também permeia os estudos sobre a Fazenda Engenho Novo: a incorporação de etnônimos como referências identitárias por centro-africanos no sudeste brasileiro do século XIX. Ou seja, como os africanos e africanas que chegavam ao Brasil reelaboravam sua identidade, levando ou desfazendo, cultivando ou encerrando, realizando permanências ou descontinuidades nesse processo relacionado à memória (AGOSTINI, 2008).

Deste modo partimos para a importância da inclusão dos estudos sobre a composição do mosaico de etnias que chegaram ao Brasil, entendendo que a principal porta de entrada das africanas e africanos escravizados era o Rio de Janeiro, e um dos locais que mais recebeu essa população foi o Recôncavo da Guanabara, o que hoje seria a Baixada Fluminense, caminho pelo qual muitos chegaram à freguesia de São Gonçalo. A pesquisa busca realizar o mapeamento e a identificação das africanas e africanos escravizados que entraram por esse local entre o final do século XVIII e início do século XIX.

A partir disso busca-se analisar também a composição étnica destes e de seus descendentes na Fazenda, procurando entender a diversidade desses grupos que chegaram ao Brasil para serem explorados, importando destacar que os milhares de africanos e africanas que chegavam ao Rio de Janeiro após sobreviverem a viagem atlântica em condições desumanas, pertenciam as mais diferentes etnias, e que aqui sofreram um processo de ressignificação. Muitos eram denominados como Angola, Guiné ou Mina, lugares de portos no continente africano, mas também podiam pertencer aos mais variadas grupos de diferentes regiões da África com diferentes culturas, como destacou Mariza de Carvalho Soares (1998).

Utilizando livros de assento de batismo como fontes, Soares estudou a controvérsia sobre o uso dessa noção de identidade étnica na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1718 e 1760, na qual abordou a importância das culturas e da composição étnica da escravaria africana dos nascidos no âmbito da sociedade colonial e dos nascidos fora dele.

Já Nielson Rosa Bezerra (2010) abordou em sua tese a diáspora africana com foco no impacto provocado pela chegada desses africanos desterrados no Brasil, em especial no Recôncavo da Guanabara entre os anos de 1780 e 1840. Uma importante contribuição, capaz de firmar bases e contribuir como referência para seguirmos o caminho de reconstrução da composição étnica dos escravos de São Gonçalo e conseqüentemente da Fazenda Engenho Novo e das dinâmicas no recorte escolhido.

Além de apresentar esse panorama da entrada de africanos escravizados, bem como a sua composição étnica, a pesquisa busca reconstruir as dinâmicas de nascimento e batismo, casamento, mobilidade, e mortalidade dos escravizados na Fazenda Engenho Novo, entendendo essas variáveis como essenciais para identificar as tendências e os padrões no recorte temporal e espacial delimitados, haja visto o conceito de regime demográfico da escravidão, entendido por Robert Rowland da seguinte maneira:

[...] um conjunto de relações e de mecanismos que estão na base da organização social, quer da reprodução biológica de uma população, quer da reprodução do conjunto de relações mediante as quais se regula a apropriação social (e a distribuição) dos meios de vida dessa população (ROWLAND, 1997, p. 14).

Neste sentido, mapear e analisar essas variáveis demográficas apresentam-se como ações significativas para contextualizar e compreender essas dinâmicas historicamente. Ao realizarmos uma análise descritiva e crítica das fontes, busca-se compreender e apresentar as histórias de personagens de classes para além das elites, fugindo do foco sobre as interpretações das histórias de “grandes” personagens, busca-se revelar uma maior riqueza das relações sociais e apresentar as representações e expressões do cotidiano da cultura material e imaterial dessas personagens, como preconizou Edward Palmer Thompson em seus estudos sobre História Social (1998).

Como fontes principais para a presente pesquisa apresentam-se os manuscritos dos registros paroquiais das freguesias de São Gonçalo e Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros entre os séculos XVIII e XIX, presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói, e o inventário e testamento do

Barão de São Gonçalo, de 1872, presente no Acervo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Já como fonte impressa, há a possibilidade de investigação em periódicos do século XIX e XX que se encontram digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹².

Da freguesia de São Gonçalo, os registros paroquiais do Arquivo da Cúria caros à pesquisa são os livros de batismos de escravos e forros entre 1740 e 1886; os livros de casamento de escravos e forros entre 1734 e 1888; os livros de óbitos de escravos e forros entre 1772 e 1888; e os livros de óbitos de livres com testamentos entre 1733 e 1806. Enquanto isso, os registros analisados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros são os livros de batismo de escravos entre 1856 e 1888; e os livros de óbitos de forros entre 1857 e 1874.

Entre os anos de 1856 e 1865, por exemplo, foram encontrados 51 registros de batismos que se relacionam diretamente com os escravizados e as escravizadas do Barão, sendo desde os indivíduos batizados aos padrinhos e madrinhas, e até mesmo outros proprietários de escravos que eram parentes do Barão. Algumas destas cerimônias foram realizadas na capela que existia na Fazenda Engenho Novo, sendo que alguns dos nomes que aparecem nesses registros também são mencionados no inventário do Barão de 1872. Destaca-se também um número de registros que denotam a diferença entre o ano de nascimento da criança e a data de batismo da mesma¹³.

O nascimento e a mortalidade, ou o batismo e o compadrio, e a mobilidade social que ocorria, ou não, através desse sacramento religioso, como também o matrimônio, podem nos apresentar não só a dimensão dessas variáveis como também as estratégias de sobrevivência da população escravizada nesse período. E uma dessas estratégias pode ser encontrada em uma história que o inventário nos conta: a da escravizada Emiliana.

Emiliana, africana registrada sob o número de matrícula 1813, tinha 52 anos em 1872, ano do inventário do Barão. Ao construir uma extensa família, Emiliana alcançou a alforria pela quantidade de filhos gerados, seis, segundo a vontade do Barão. Eram eles: Anastácio, Lucas, Felix, Egídio, José e Jesuína, a mais velha, que se casou com o crioulo Saul e gerou quatro filhos, tendo que enfrentar nos

¹² O grupo de pesquisa do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo tem realizado pesquisas nos seguintes acervos de fontes primárias: Hemeroteca da Biblioteca Nacional; Projeto de imagens de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries-Global Resources Network (Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL) da Universidade de Chicago; Museu da Justiça do Rio de Janeiro; e Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.

¹³ *Apud* ACMN, Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói. Livro de Batismos de Escravos, 1856-1885.

pós 1888 um processo judicial pela guarda das crianças, que tinha como tutor Baltazar de Sá Carvalho, sobrinho do Barão. Emiliana também ganhou uma quantia de “bônus” pelos serviços prestados, um pedaço de terra e 40 contos de réis, além de ver a concessão de alforria a quatro de seus filhos¹⁴.

Informações como estas constam em tal documento que também apresenta detalhes sobre as terras, as edificações e os móveis da Fazenda Engenho Novo. Além disso, há informações sobre os 112 escravos e escravas do Barão que estavam matriculados na data de 20 de maio de 1872 e realizavam o trabalho na Fazenda Engenho Novo. São informados o nome; a identificação pela origem ou cor; a idade; o serviço que realizava na Fazenda; a existência de alguma doença ou deficiência física e mental; e o valor do escravizado ou escravizada.

A partir disso, podemos cruzar tais informações com as presentes em livros de batismo, casamento ou óbito, como realizamos com o livro de batismos da Freguesia de Cordeiros. Histórias que foram esquecidas, mas que tais fontes permitem que apresentemos novas personagens a fim de corroborar a relevância e a credibilidade dessas histórias silenciadas, como a de Emiliana, cujo registro de batismo de três dos seus seis filhos é possível de se obter no livro de batismos referente ao período de 1856 a 1888: José, nascido em 13 de abril de 1857 e batizado em 8 de fevereiro de 1858; Egídio, nascido em 4 de janeiro de 1858 e batizado em 27 de junho de 1858; e Felix, nascido em 20 de novembro de 1859 e batizado em 29 de abril de 1960¹⁵.

Cruzando dados do inventário e desse mesmo livro de batismos foi possível estabelecer a formação de outros núcleos familiares matrifocais, como o da escravizada Innocencia parda, com 38 anos em 1872 e que realizava o serviço doméstico. Innocencia valia 600 mil reis e possuía dois filhos: Reinaldo e Honorata. Também havia as famílias de Claudina de nação, de 53 anos e com dois filhos: Estevão e Ezequiel; de Jacintha, crioula, de 36 anos e com os filhos Manoel e Geraldino; de Margarida, de 38 anos e com os filhos Regina e Justo; de Isabel parda, de 40 anos e com os filhos Guilhermina e Edwirges; de Amelia crioula, de 30 anos e com três filhos: Dorotheia, Ana e Lêncio; de Flavia crioula, de 33 anos e com dois filhos: Libânio e Severina; e de Eufrasia com os filhos Laurentino e Alfredo.

¹⁴ *Apud* BRASIL. Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Inventário e Testamento do Barão de São Gonçalo. 1873.

¹⁵ Essas informações estão contidas no Livro número II, denominado Batismos de escravos (1856-1885), pertencente à Paróquia da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros. *Apud* ACMN, Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói. Livro de Batismos de Escravos, 1856-1885.

Concluindo, vale citar também personagens e situações presentes em periódicos do século XIX, e que permitem que abramos o diálogo para diversos subtemas que o mundo da escravidão englobou.

Ao pensarmos em resistência, temos o caso da fuga de dois escravos da Fazenda Engenho Novo: Antonio, que era carpinteiro e de nação Mina, e Januarario, que era pedreiro e de nação Congo. A notícia da edição de abril de 1831 do *Correio Mercantil* também trazia a informação de que quem os capturasse ganharia recompensa proposta por Belarmino Ricardo de Siqueira, o futuro Barão¹⁶.

Outro ponto a ser ressaltado são as condições de vida dos escravizados e escravizadas. Duas situações são exemplos das condições desumanas. A primeira, nos anos de 1855 e 1856, quando uma epidemia de cólera ocorreu no Rio de Janeiro e chegou à Fazenda Engenho Novo levando a óbito dez escravizados e deixando muitos doentes na enfermaria, como destacaram edições de abril dos periódicos *Treze de Maio* e *O Estandarte*¹⁷. E a segunda diz respeito a um acidente com alguns escravos devido a explosão de uma caldeira na Fazenda. De acordo com as edições de junho dos periódicos *O Fluminense* e o *Monitor Campista*, depois de mais de 12 horas de funcionamento, a caldeira da máquina a vapor da Fazenda Engenho Novo explodiu matando instantaneamente um escravo e deixando dois gravemente feridos¹⁸.

Considerações finais

Essas situações representam o cenário das condições do local de trabalho e vida dos escravizados e escravizadas. Além do subjugamento físico, havia o subjugamento cultural e social,

¹⁶ *Apud* *Correio Mercantil* (RJ)- Edição 74, 06.04.1831, Página 288. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709530&pesq=%22Fazenda%20Engenho%20Novo%20do%20Retiro%22&pasta=ano%20183&pagfis=1002>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

¹⁷ *Apud* *Treze de Maio* (PA)-Edição 707, 10 de abril de 1856, página 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700002&Pesq=ENGENHO%20NOVO%20RETIRO&pagfis=3038>. Acesso em 26 de agosto de 2021. *O Estandarte* (MA)- Edição 10, 13 de abril de 1856, página 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707635&pesq=engenho%20novo%20retiro&pasta=ano%20185&pagfis=998>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

¹⁸ *Apud* *O Fluminense* (RJ)- Edição 476, 1º de junho de 1881, página 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_02&pasta=ano%20188&pesq=%22engenho%20novo%20retiro%22&pagfis=877. Acesso em 26 de agosto de 2021. *Monitor Campista* (RJ)- Edição 127, 6 e 7 de junho de 1881, página 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pasta=ano%20188&pesq=%22engenho%20novo%20retiro%22&pagfis=6569>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

retirando a condição de humanidade e debilitando tal população física e psicologicamente, sendo fatores determinantes de vida e morte na Fazenda Engenho Novo.

Ao analisar os registros de batismos e nas idades em que as crianças eram batizadas, podemos pensar na questão da mortalidade infantil, assim como os registros de óbitos nos permitirão estabelecer um perfil etário e de gênero sobre essa variável. Alia-se a isso, o perfil das famílias matrifocais e a ausência constatada do nome do pai nos registros já pesquisados. O inventário e alguns dos registros de alforria nele contidos, também se apresentam como essenciais, para compreender a questão da mobilidade social e as condições às quais eram submetidos, devendo realizar estratégias de sobrevivência, como no caso de Emiliana e a concessão de sua alforria após a o determinado quantitativo de filhos obtidos.

Por isso, investir na pesquisa histórica é investir nessas vozes e histórias que foram silenciadas, mas que fazem parte da formação da sociedade brasileira e que merecem ser reconhecidas como tal. Nos termos de Grada Kilomba (2019), é descolonizar o conhecimento, fazendo dos negros sujeitos não só a serem estudados como protagonistas, mas como contadores de suas próprias histórias, pensando como águas passadas ainda movem as dinâmicas das relações existentes na sociedade em que vivemos, afetando principalmente o contingente populacional afrodescendente.

Referências

AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação de identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX. **História & Perspectivas**, v. 1, p. 241-259, 2008.

_____. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.

ALVES, Marcelo. **Senhores de Escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial (freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e (Monsenhor). **Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro**. Imprensa Régia, 1820-1822. 9 tomos em 10 volumes. Reedição, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945-46. 11v (Biblioteca Popular Brasileira, 4). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

- BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 3ª ed., Niterói, Editora Nitpress, 2006.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Entre a Sombra e o Sol - A Revolta da Cachaça e a Crise Política Fluminense**. 1ª ed. Maceió, Editora Q Grafica, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 1ª ed. São Paulo, Editora Unesp, 1982.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 1ª ed. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- GOMES, Flávio; SYMANSKI, L. Claudio. Da Cultura material da escravidão e do pós-abolição: perspectivas comparadas em arqueologia e história. **Revista de História Comparada (UFRJ)**. Rio de Janeiro, PPGHC, v. 7, nº 1, p. 293-338, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. (2021): Antiracism in Times of Uncertainty: The Brazilian Black Movement and Emancipatory Knowledges. **Mecila Working Paper Series**. São Paulo, The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2021, v. 1, nº 31, p. 1-23. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.46877/gomes.2021.31>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2019.
- LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 7, n. 1, p. 179-207, 2013.
- MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: os Significados da Liberdade no Sudeste**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção e apagamento de territórios negros. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. São Paulo, [S.l.], 2020, v. 12, n. 34, p. 157-181. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1135>>. Acesso em 14 de setembro de 2021.
- Oliveira, Maria Fernanda Pinheiro de. (2003). Institucionalização da memória – igreja da venerável Terceira Ordem de São Francisco da Penitência: questão patrimonial. **Morpheus**, 2(3). Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4090/3741>. Acesso em 03 de abril de 2022.
- OLIVEIRA, Raiane. **O mundo dos fundos: O Barão de São Gonçalo e seus escravos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. 1ª ed, Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. 1ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

ROWLAND, Robert. **População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX**. 1ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

_____. Por um Brasil Africano. Sobre a importância em se pensar e educar o Brasil a partir de sua herança africana: o caso de Palmares. Silva, Maria; Faris, Marcio; Ocariz, Maria; Neo, Augusto. (Org.). **Violência e Sociedade. O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. 1ed.São Paulo, Editora Escuta Eireli-ME, v. 1, p. 29-48, 2018.

SILVA, Nikoly Barbosa da. A importância do ensino da África a partir da cidade de São Gonçalo (RJ). Ana Claudia Ramos Sacramento (Org.). **Ensino de Geografia e a cidade de São Gonçalo**. 2ª ed, Goiânia, Editora C&A Alfa Comunicação, p. 136-153, 2021.

SILVA, Salvador Mata e; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no século XVI**. 1ª ed. São Gonçalo, Editora Memor, 1995.

_____. **Fazenda do Engenho Novo Retiro**. 1ª ed, Niterói, Editora Silverio JC Moreira, 2001.

SILVESTRO, Marione Meirelles. **Joaquim Serrado Pereira da Silva: Um Português Idealista em Terras Gonçalenses**. 1ª ed, Niterói (RJ), Editora UNICOP, 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.309-317.

SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista. **Tempo**, Niterói, EdUFF, 1998, v. 3 – n. 6, p. 73-94. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Giovana. (Org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. 1ed.Cachoeira/ Rio de Janeiro, Ed. UFRB/ Fino Traço, 2015.